



Conflitos e Resistências para a Conquista e  
Demarcação de Terras Indígenas no Oeste  
do Paraná: Os Caminhos e as Expressões  
do Fortalecimento das Lideranças  
e da Cultura Guarani

Wagner Roberto do Amaral  
Elisa Yoshie Ichikawa  
(Organizadores)



Conflitos e Resistências para a Conquista e  
Demarcação de Terras Indígenas no Oeste  
do Paraná: Os Caminhos e as Expressões  
do Fortalecimento das Lideranças  
e da Cultura Guarani



Wagner Roberto do Amaral  
Elisa Yoshie Ichikawa  
(Organizadores)

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### Conselho Editorial

#### Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C748	Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no oeste do Paraná [recurso eletrônico] : os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani / Organizadores Wagner Roberto do Amaral, Elisa Yoshie Ichikawa. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-822-9 DOI 10.22533/at.ed.229192711  1. Demarcação de terras – Paraná. 2. Índios da América do Sul – Posse da terra – Paraná. 3. Reservas indígenas. I. Amaral, Wagner Roberto do. II. Ichikawa, Elisa Yoshie.  CDD 980.4114
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

A capa deste livro homenageia o Sr. Claudio Barros e a Sra. Vitória Nunes, importantes lideranças Avá-Guarani pertencentes ao Tekohá Porã, município de Guaíra/PR. O Sr. Claudio faleceu no dia 07 de janeiro de 2019, com 105 anos, sendo uma referência histórica de luta, inspiração e resistência para o povo Avá-Guarani e para todos nós. Claudio Barros, presente!

## **AGRADECIMENTO**

Livro produzido com o apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por meio do Edital 012/2015 – Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais.

Agradecemos a todas as comunidades Avá-Guarani da região Oeste do Paraná que acolheram a nossa equipe de pesquisa e se dispuseram a compartilhar seus conhecimentos e a compor conosco esta obra. O nosso respeito, admiração e compromisso para com a luta pela conquista do território Guarani na perspectiva de uma terra sem males.

## INTRODUÇÃO

Esse nosso livro é resultado de pesquisas realizadas junto aos *tekoha* Avá-Guarani na região Oeste do Paraná, produzido com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Edital 012/2015 – Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais. Tal edital apresentava como objetivo “promover e fomentar a realização de pesquisas científicas que resultem em livros que deverão focar processos e episódios (revoltas, insurreições, rebeliões populares, lutas armadas, manifestações populares, entre outros) que, ao longo da história brasileira do período republicano, tenham sido expressão da conflitividade social e significativos para o entendimento da construção do Estado e da sociedade brasileira, com valorização de episódios pouco estudados da história brasileira”.

Esse edital possibilitou a aproximação e a articulação de docentes pesquisadores de três universidades estaduais do Paraná - sendo a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - e da Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” USP/ESALQ. Todos esses docentes já possuíam um vínculo com pesquisas associadas a temáticas sociais nas suas diferentes áreas, seja na Administração ou no Serviço Social. Provocados pelo conteúdo progressista do edital e orientados por suas diferentes trajetórias de pesquisas, nossa equipe de pesquisadores passou a elaborar uma proposta a ser submetida. A forte inspiração da equipe nesse momento de proposição foi a profunda resistência do povo Avá-Guarani que habita a região Oeste do Paraná, já conhecida e acompanhada por parte dos pesquisadores.

No Paraná habitam três povos indígenas distintos, sendo o povo Kaingang, o povo Guarani e o povo Xetá, existindo ainda a presença de famílias Xokleng/Laklano nesse território. Cada um desses grupos étnicos e de suas comunidades possuem distintas cosmologias, distintas relações e formas de utilização das línguas indígenas e da língua portuguesa, assim como diferentes formas de organização econômica e política interna, e histórias semelhantes e dessemelhantes na relação com o Estado e com os demais movimentos sociais. No cenário paranaense – considerando que a presença indígena nesse território antecede a constituição administrativa e política do que chamamos de “Paraná” – encontramos históricas expressões de massacres, violências, expropriação dos territórios tradicionais pelo Estado e pelos empreendimentos colonizadores e capitalistas. Outrossim, também é nesse território que encontraremos profundas expressões de lutas e de resistências, seja pelo reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas, seja pelos direitos à educação escolar indígena, à saúde indígena, dentre outros.

Foi a partir desse cenário que escolhemos como *locus*, fonte e inspiração

da pesquisa as memórias de lutas e resistências do povo Avá-Guarani que habita historicamente a região Oeste do Paraná. A partir das referências que a equipe de pesquisa já dispunha sobre a realidade desta população naquela região, empreendemos a elaboração da proposta que foi submetida e aprovada junto à Capes. A proposta submetida no mês de outubro de 2015 foi aprovada apenas no mês de novembro de 2016. Foi intitulada como “Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”. Seu alongado título reflete justamente os desafios que se apresentam às comunidades Avá-Guarani daquela região na retomada dos seus territórios tradicionais, bem como em serem humanamente reconhecidos como sujeitos de direitos e como protagonistas e referências vivas de um patrimônio histórico, cultural e linguístico fundamental para as gerações. A escolha de categorias como: “conflitos”, “resistências”, “demarcação”, “lideranças” e “cultura Guarani” refletem ainda a perspectiva política e acadêmica da equipe.

O projeto apresentou como seu principal objetivo investigar as históricas situações de conflito e as expressões de resistência política, cultural, linguística e territorial do povo Guarani na história do território paranaense, fundamentalmente, na região da fronteira Oeste deste estado, evidenciando a emergência e os percursos das lideranças desse grupo étnico diante das violências praticadas pelo Estado brasileiro e por agentes privados que vivem na região. Constituímos ainda dois eixos temáticos orientadores para as pesquisas sendo: a formação e atuação de lideranças Avá-Guarani e suas organizações, e o papel da educação escolar e da escola Avá-Guarani nos processos de memória e de resistência.

Dentre os recursos financeiros disponibilizados, havia a previsão de seleção e bolsa pesquisa para dois mestrados, dois pós-doutorandos e quatro estudantes de graduação em iniciação científica. Enquanto princípio da equipe em contribuir com o protagonismo e a formação de pesquisadores indígenas, dos dois mestrados uma é pertencente ao povo Kaingang e dos quatro graduandos de iniciação científica três pertencem ao povo Guarani sendo um deles Avá-Guarani e pertencente ao *Tekoha Porã*, um dos territórios de retomada no município de Guaíra. Buscamos por vários estados brasileiros possíveis candidatos à bolsa de pós-doutorado, mas não conseguimos identificar doutores indígenas disponíveis para esta tarefa<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Importante destacar que o ingresso e a permanência de indígena na educação superior no Brasil e na América Latina enquanto uma política pública educacional é recente, sendo que a primeira política de ingresso de indígenas realizada no país ocorreu pelas Universidades Estaduais do Paraná no ano de 2002 por meio da Lei Estadual n. 13.134/2001. Para maiores informações ver: AMARAL, Wagner R. (2010). As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Acessado em 25/09/2019, em: [http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010\\_Wagner%20Roberto%20do%20Amaral.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010_Wagner%20Roberto%20do%20Amaral.pdf) e AMARAL, W. R.; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C.; (org). Universidade para indígenas: a experiência do Paraná. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP. Acessado em 25/09/2019, em: <http://>

Como não tivemos tempo suficiente para apresentar e discutir o projeto com as lideranças Avá-Guarani da região Oeste do Paraná (tendo em vista os reduzidos prazos para sua elaboração e submissão), tomamos como centralidade e princípio a tarefa de submetê-lo para apreciação das referências mais importantes nos *tekohas* daquela região. Portanto, no dia 20 de julho de 2017, a equipe reuniu caciques e lideranças Avá-Guarani de toda a costa oeste do Paraná na cidade de Guaíra com a intenção de apresentar e obter um parecer das lideranças acerca da proposta. Nesta ocasião, nossa equipe já estava ampliada com a presença de bolsistas de mestrado, de pós-doutorado e de iniciação científica. Fundamental nesta ocasião foi a atuação de Rodrigo Luís, estudante Avá-Guarani de Medicina na UEL, bolsista de iniciação científica no projeto e pertencente ao *Tekoha Porã*, um dos territórios de retomada no município de Guaíra. Sua atuação como mediador e tradutor da língua Guarani contribuiu imensamente para a legitimação das ações do projeto.

A reunião da equipe do projeto com as lideranças Avá-Guarani produziu um pacto de compromisso entre os pesquisadores e os/as representantes das comunidades indígenas do Oeste do Paraná. Neste pacto, os pesquisadores apresentaram a intenção de produzir um livro didático voltado às escolas Avá-Guarani sendo esta intencionalidade debatida e revisitada a partir do pedido das lideranças indígenas de que tal livro fosse voltado não às crianças Avá-Guarani, mas às crianças e jovens não indígenas das escolas não indígenas da região, entendendo a necessidade de combater os preconceitos que sofrem cotidianamente pela população. Entendiam como fundamental a elaboração de materiais didáticos que difundam a memória de existência e resistência do povo Avá-Guarani na região.

Na ocasião deste encontro, fomos convidados a visitar os *tekoha* da região, sendo um localizado no município de Guaíra e outro no município de Terra Roxa. Foram momentos fundamentais de conexão à realidade vivenciada nos territórios indígenas na região, sendo amorosamente acolhidos e abençoados pelos *xamõi* e moradores destas comunidades de retomada. Seja iluminados pela lua e as estrelas ou no sol forte do solo arenoso dos *tekohas*, nos sentimos profundamente inspirados com tanta força e tanta luta!

Após este encontro, buscamos encaminhar os trâmites formais para iniciarmos a pesquisa sendo necessário a submissão e apreciação da proposta junto ao Comitê de Ética de Pesquisas de Seres Humanos e a autorização da Fundação Nacional do Índio. Em paralelo, realizamos seminários de formação conceitual da equipe para compreendermos melhor a realidade sociocultural, econômica e política da população Avá-Guarani na região Oeste do Paraná. No primeiro seminário realizado no mês de maio de 2017 (antes de partirmos para o encontro com as lideranças Avá-Guarani em Guaíra), contamos com a presença e participação da pesquisadora

Maria Lucia Brant de Carvalho, que socializou conosco aspectos da realidade da população Avá-Guarani na região, fundamentalmente a partir dos impactos da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Os demais seminários realizados foram mediados por artigos e resultados de pesquisas que tematizavam a realidade Avá-Guarani, já resultados das revisões bibliográficas realizadas pelos bolsistas, assim como para organização das atividades da equipe.

Com a autorização do Comitê de Ética e da FUNAI, iniciamos as atividades de pesquisa. Programamos e realizamos três missões de pesquisa sendo a primeira realizada no período de 02 a 04 de agosto de 2018 no município de São Miguel do Iguçu/Paraná; a segunda, realizada no período de 06 a 08 de setembro de 2018 no município de Diamante do Oeste; e a terceira realizada no período de 22 a 24 de novembro de 2018 em Guaíra.

Em todas as missões realizadas nos impressionava a amorosa acolhida das lideranças, *xamõi*, *chary'i* e de todas as comunidades visitadas. A partir da primeira missão realizada, fomos convidados a nos apresentar na Casa de Reza, espaço sagrado para os Avá-Guarani. A partir daquela experiência de acolhimento e de mergulho dialógico com a cosmologia Guarani, revisitamos toda a programação passando a ressignificar a organização do tempo e a nos sintonizarmos ainda mais com as dinâmicas das comunidades.

Em cada missão, nos organizamos para realizar momentos simultâneos de encontro da equipe de pesquisa para socialização das pesquisas realizadas, bem como de diálogos com professores, lideranças e pesquisadores Avá-Guarani. Em todas as missões contamos com o apoio das equipes das escolas estaduais indígenas<sup>2</sup>, sendo que as oficinas foram realizadas utilizando a estrutura desses espaços, assim como as refeições em todos os dias, compartilhada com todos os participantes indígenas e não indígenas das oficinas, aspecto que possibilitou maior aproximação com as comunidades.

Sem dúvida alguma, os momentos mais fortes para toda a equipe de pesquisa foram os vivenciados e sentidos no interior das *Opy*, das Casas de Reza, encontrando nelas – nos rituais, cantorias, nos conselhos, nas bênçãos, na amorosidade, na generosidade e no cuidado por eles compartilhado – o sentido da existência e resistência Avá-guarani.

Entre os andarilhos pelos diferentes *tekohas* do Oeste do Paraná, a pesquisa realizada contou com diversos sujeitos Ava-Guarani entrevistados, por meio da participação de jovens, adultos e velhos, homens e mulheres, *xamõi*, *chary'i*,

---

2 Ressaltamos que os membros da coordenação do projeto esteve em reunião com a equipe da Coordenação da Educação Escolar Indígena/Diretoria da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação do Paraná com a finalidade de apresentar o projeto de pesquisa, contando nesta ocasião com o apoio e aprovação desta instituição e o respaldo para que as escolas estaduais indígenas da região oeste do Paraná acolhessem as atividades propostas.

lideranças, professores e estudantes indígenas convidados a somar conosco nesta empreitada de investigação. Contou ainda com a participação de sujeitos não indígenas como diretores das escolas estaduais indígenas e professores e pedagogos das escolas estaduais não indígenas.

As entrevistas e a literatura acessada por meio da revisão bibliográfica evidenciaram ainda diferentes formas de apresentar as categorias e expressões em Guarani, não tendo a pesquisa e esse livro nenhuma intenção de padronizá-las, pelo contrário, evidenciamos o nosso respeito às diferenças linguísticas existentes entre as parcialidades do povo Guarani compreendendo a riqueza cultural nelas presentes.

A partir desse percurso de diálogos, de interculturalidades e de profundas aprendizagens pelos pesquisadores *karaí* ou *jurua* (os não indígenas, para os Avá-Guarani), encontramos a inspiração para a organização deste livro. Mais do que o resultado da sistematização de conhecimentos científicos e acadêmicos produzidos pela equipe de pesquisa com pesquisadores convidados, esta obra se apresenta como mais um instrumento de luta para o povo Avá-Guarani da região Oeste do Paraná, assim como para toda a nação Guarani espalhada pelos diferentes estados brasileiros e os cinco países do cone-sul.

Este livro apresenta quinze capítulos que versam especificamente sobre diferentes aspectos da realidade e da memória Avá-Guarani que habita a região Oeste do Paraná. Por ser Guarani, essa população mantém seu *ñandereko* (modo de viver Guarani) através dos seus andarilhos pelo seu território ancestral, existente anteriormente aos tratados, disputas e invasões territoriais feitas pela colonização europeia ou pelos acordos político-administrativos entre os estados brasileiros e nos cinco países do Cone Sul da América. Este livro parte então do pressuposto da existência ancestral de um território Guarani de dimensões continentais contemporaneamente espalhado em 1.400 *tekohas*, explicitado pelo capítulo "*Territorialidades e resistências históricas: panorama continental e atualidades do povo Guarani*", de autoria de Clovis Brighenti. Inicia-se, desta forma, a explicitação de uma das posições mais importantes desta obra: o povo Avá-Guarani que habita a região Oeste do Paraná, pertencente ao povo Guarani, já habitava esse território há cerca de dois mil anos atrás, bem antes da ocupação e fundação das cidades de Guaíra, Terra Roxa, Diamante do Oeste, Santa Helena, São Miguel do Iguçu, dentre outras. Deste modo, são populações originárias e com direitos fundamentais de ocupar seus territórios tradicionais e ancestrais.

É na fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina que o povo Guarani também vivenciará sagas históricas marcadas por massacres e por resistências. Uma das sagas mais contemporâneas constituída em nome do desenvolvimento nacional foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que alagou muitos territórios

tradicionais Guarani. É nessa perspectiva que Maria Lucia Brant de Carvalho nos apresenta o capítulo *“Os Guarani da Tríplice Fronteira, Brasil, Paraguai e Argentina: os direitos às terras, à mobilidade espacial por entre as fronteiras e à cidadania”*.

No terceiro capítulo denominado *“Tekoha Jevy: um breve panorama das retomadas Guarani no Oeste do Paraná”*, sendo um dos territórios tradicionais de resistência na região, Paulo Porto refletirá acerca do que denomina como diáspora Guarani provocada historicamente pelas forças colonizadoras e mais contemporaneamente pelo Parque Nacional de Iguaçu e da Itaipu Binacional, sinalizando, contudo, os processos de retomada dos territórios tradicionais (*Tekohas*) e em busca do *Tekoa Guasu*.

A partir do quarto capítulo *“Territorialidade e demarcação de terras: a dimensão simbólica do espaço para produção de alimentos na cultura Avá-Guarani”* de autoria de Luciano Mendes e Carolina Ferraz dos Santos, iniciamos as reflexões desenvolvidas a partir do trabalho de pesquisa de nossa equipe junto aos *tekohas* da região Oeste do Paraná. Tal capítulo pauta e dialoga com as práticas de produção de alimentos a partir da dimensão simbólica Avá-Guarani, tendo em vista que os autores estão vinculados a uma tradicional instituição de educação superior da área de ciências agrárias, sociais e ambientais no Brasil, problematizando e refletindo a temática indígena.

O quinto capítulo do livro reflete acerca das *“Estratégias psicossociais de resistência das lideranças Avá-guarani sob a perspectiva da Psicologia Social Latino-americana (PCSLA)”*, tendo como autoras Juliane Sachser Angnes, Maria de Fátima Quintal de Freitas e Rozeli Aparecida Menon. Essa reflexão se orienta em um dos eixos da pesquisa que centra a importância da formação e do papel da liderança Avá-Guarani nos processos de memória e de resistência política e cultural.

Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira e Wagner Roberto do Amaral apresentam o sexto capítulo desta obra, *“Relatando uma experiência de pesquisa e de luta no movimento social indígena, vivenciada por uma estudante indígena na pós-graduação”*. O texto apresenta a narrativa dialógica de uma pesquisadora Kaingang bolsista do projeto (junto com seu orientador de mestrado) que inicia seu percurso como investigadora buscando analisar o papel das mulheres Avá-Guarani enquanto lideranças de seu povo. Texto de significativa alteridade entre mulheres lideranças.

Na lógica da formação de lideranças Avá-guarani, Cynthia Franceska Cardoso, Wagner Roberto do Amaral e Elisa Yoshie Ichikawa apresentam o capítulo *“Os mais velhos e a juventude Avá-Guarani: a memória como estratégia de resistência”*, identificando e analisando os encontros produzidos entre os grupos de jovens Avá-guarani e os *xamõis* dos *tekohas* da região oeste do Paraná. Problematizam o conceito de juventude e de juventude indígena, bem como a situa nos contextos de opressão vivenciados pelos jovens indígenas na região estudada.

O oitavo capítulo versará sobre *“Os conflitos para a reconquista e demarcação de territórios Avá-Guarani no Oeste do Paraná: a produção de representações sociais pela mídia”*, tendo como autores Samuel Osório Ribeiro da Silva e Elisa Yoshie Ichikawa. Refletem o conceito de representação social associada às estratégias de comunicação, analisando os conteúdos de matérias jornalísticas sobre os Avá-Guarani da região oeste do Paraná, fundamentalmente sobre a questão fundiária e o posicionamento dos veículos de mídia.

Dialogando com a área dos estudos organizacionais e com a psicologia da libertação de Martin Baró, Luis Fernando Moreira da Silva, Marcio Pascoal Cassandre e Wagner Roberto do Amaral focam o nono capítulo refletindo sobre *“As casas de reza como comunidades de prática em territórios Avá-Guarani do Oeste do Paraná”*. Sinalizam que as casas de reza das comunidades Avá-Guarani têm se configurado como uma poderosa ferramenta de articulação interna pelas lutas que essas população enfrentam atualmente.

O décimo capítulo desta obra versa sobre *“O ensino da história e da cultura Avá-Guarani pelas escolas estaduais não indígenas no município de Guaíra-PR”*. Os autores Eloá Soares Dutra Kastelic e Wagner Roberto do Amaral refletem sobre a importância da Lei n. 11.645/2008 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos de ensino do país e analisam mais diretamente as concepções e práticas de duas escolas estaduais não indígenas que possuem estudantes Avá-Guarani nelas matriculados.

O décimo primeiro capítulo *“Um Avá-Guarani com uma câmera na mão”* de autoria de Mônica Panis Kaseker, Lucas Ribeiro e Yago Junio dos Santos Queiroz apresenta a narrativa da experiência de produção do vídeo documentário junto às lideranças Avá-Guarani nos diferentes *tekohas* onde se realizou a pesquisa. O trabalho de gravação e de autoria do texto foi vivenciado em conjunto com um estudante indígena do curso de jornalismo, evidenciando inúmeras potencialidades do uso do audiovisual para e pelas comunidades indígenas, articulando sentidos de identidade e fortalecendo a interculturalidade.

Os quatro capítulos finais deste livro apresentam as narrativas dos quatro estudantes Guarani bolsistas de iniciação científica do projeto. Oséias Poty Miri Florentino apresenta *“Um relato de um indígena Guaraní Mbya: conhecendo um fragmento da realidade e do contexto de luta dos Ava-Guaraní da região Oeste do Paraná”*; Rodrigo Luís, apresenta a *“História e trajetória de um acadêmico Avá-Guarani pesquisador em busca da visibilidade para seu povo, na luta pela demarcação e a universidade como ferramenta de luta”*; Alexandro da Silva apresenta *“As experiências de formação de pesquisadores Guarani – ser acadêmico Guarani-Ñandéva e Guarani-Mbyá conhecendo o universo Avá-Guarani da região Oeste do Paraná”*; e Uerique Aparecido Gabriel Matias apresenta *“Um relato de experiência: memórias*

*e resistência dos Avá-Guarani do Oeste do Paraná como pesquisador Guarani Ñandéva*". Quatro sujeitos Guarani pertencentes a três diferentes parcialidades - Guarani Mbya, Guarani-Ñandéva e Avá-Guarani – experimentando serem Guarani e, simultaneamente, serem pesquisadores do seu povo, articulados em torno da memória e das lutas das comunidades Avá-Guarani do Oeste do Paraná.

Por fim, este livro pretende se constituir em mais uma das demais referências já produzidas e as que ainda virão para fortalecer a memória de existência, re-existência e de resistência do povo Guarani! Desejamos que a leitura destes textos inspire ainda mais o nosso compromisso para com os povos indígenas do Brasil e da América Latina.

Novembro de 2019.

Wagner Roberto do Amaral  
Elisa Yoshie Ichikawa

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
TERRITORIALIDADES E RESISTÊNCIAS HISTÓRICAS: PANORAMA CONTINENTAL E ATUALIDADES DO POVO GUARANI	
Clovis Brighenti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927111</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
OS GUARANI DA TRÍPLICE FRONTEIRA, BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA: OS DIREITOS ÀS TERRAS, À MOBILIDADE ESPACIAL POR ENTRE AS FRONTEIRAS E À CIDADANIA	
Maria Lucia Brant de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927112</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>40</b>
TEKOKHA JEVY: UM BREVE PANORAMA DAS RETOMADAS GUARANI NO OESTE DO PARANÁ	
Paulo Porto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927113</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>56</b>
TERRITORIALIDADE E DEMARCAÇÃO DE TERRAS: A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA CULTURA AVÁ-GUARANI	
Luciano Mendes Carolina Ferraz dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927114</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>70</b>
ESTRATÉGIAS PSICOSSOCIAIS DE RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS AVÁ-GUARANI SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL LATINO-AMERICANA (PCSLA)	
Juliane Sachser Angnes Maria de Fátima Quintal de Freitas Rozeli Aparecida Menon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927115</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>84</b>
RELATANDO UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA E DE LUTA NO MOVIMENTO SOCIAL INDÍGENA, VIVENCIADA POR UMA ESTUDANTE INDÍGENA NA PÓS-GRADUAÇÃO	
Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira Wagner Roberto do Amaral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2291927116</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>103</b>
OS MAIS VELHOS E A JUVENTUDE AVÁ-GUARANI: A MEMÓRIA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA	
Cynthia Franceska Cardoso	

Wagner Roberto do Amaral

Elisa Yoshie Ichikawa

**DOI 10.22533/at.ed.2291927117**

**CAPÍTULO 8 ..... 117**

OS CONFLITOS PARA A RECONQUISTA E DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS AVÁ-GUARANI NO OESTE DO PARANÁ: A PRODUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PELA MÍDIA

Samuel Osório Ribeiro da Silva

Elisa Yoshie Ichikawa

**DOI 10.22533/at.ed.2291927118**

**CAPÍTULO 9 ..... 128**

O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AVÁ-GUARANI PELAS ESCOLAS ESTADUAIS NÃO INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA-PR

Eloá Soares Dutra Kastelic

Wagner Roberto do Amaral

**DOI 10.22533/at.ed.2291927119**

**CAPÍTULO 10 ..... 144**

AS CASAS DE REZA COMO COMUNIDADES DE PRÁTICA EM TERRITÓRIOS AVÁ-GUARANI DO OESTE DO PARANÁ

Luis Fernando Moreira da Silva

Marcio Pascoal Cassandre

Wagner Roberto do Amaral

**DOI 10.22533/at.ed.22919271110**

**CAPÍTULO 11 ..... 158**

UM AVÁ-GUARANI COM UMA CÂMERA NA MÃO

Mônica Panis Kaseker

Lucas Ribeiro

Yago Junio dos Santos Queiroz

**DOI 10.22533/at.ed.22919271111**

**CAPÍTULO 12 ..... 171**

UM RELATO DE UM INDÍGENA GUARANÍ *MBYA*: CONHECENDO UM FRAGMENTO DA REALIDADE E DO CONTEXTO DE LUTA DOS AVA-GUARANÍ DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Oséias Poty Miri Florentino

**DOI 10.22533/at.ed.22919271112**

**CAPÍTULO 13 ..... 177**

HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DE UM ACADÊMICO AVÁ-GUARANI PESQUISADOR EM BUSCA DA VISIBILIDADE PARA SEU POVO, NA LUTA PELA DEMARCAÇÃO E A UNIVERSIDADE COMO FERRAMENTA DE LUTA

Rodrigo Luís

**DOI 10.22533/at.ed.22919271113**

<b>CAPÍTULO 14 .....</b>	<b>185</b>
AS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE PESQUISADORES GUARANI – SER ACADÊMICO GUARANI-ÑANDÉVA E GUARANI-MBYÁ CONHECENDO O UNIVERSO AVÁ-GUARANI DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	
<a href="#">Alexandro da Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22919271114</b>	
<b>CAPÍTULO 15 .....</b>	<b>189</b>
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA: MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA DOS AVÁ-GUARANI DO OESTE DO PARANÁ COMO PESQUISADOR GUARANI ÑANDÉVA	
<a href="#">Uerique Aparecido Gabriel Matias</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22919271115</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>	<b>192</b>

## TEKOHA JEVY: UM BREVE PANORAMA DAS RETOMADAS GUARANI NO OESTE DO PARANÁ

Data de aceite: 18/11/2019

**Paulo Porto**

Doutor em Educação pela Universidade de  
Campinas (UNICAMP)

A história do povo Guarani no Cone Sul é a história da diáspora: inicialmente o confronto e fuga dos espanhóis, na sequência imediata a resistência e o enfrentamento às reduções jesuíticas, para novamente fugir das entradas e bandeiras paulistas que assolaram toda região de Guaíra e escravizaram centenas de milhares de indígenas Guarani. A este período de violência inaudita se seguiu um lapso de tempo mais longo e de menos correrias, e os séculos XVII e XVIII foram de relativa calma nos quais inúmeras hordas de Guarani alcançaram certa estabilidade no refúgio das florestas paraguaias. Entretanto, nos séculos XIX e XX novamente foram atingidos pelos movimentos belicosos da sociedade não-índia. A Guerra do Paraguai (1864-1870) significou uma hecatombe para estes povos das florestas, que tiveram seus últimos nichos devastados pelos movimentos dos exércitos paraguaios e brasileiros. Arrastados para uma guerra que não conheciam, estes Guarani

novamente voltaram a fugir e a migrar. Ao final do conflito, as consequências do pós-guerra seguiram vitimando estas comunidades, e seguem presentes na memória histórica deste povo, como nas palavras do professor Guarani Pedro Mirim da aldeia de *Brakui*, ao narrar a história de sua família e sua diáspora particular:

[...] minha avó contava o que ela passou, na época da guerra, com a minha mãe. Ela contou que tinha um caminho estreito por onde eles passaram durante essa guerra. Eles se escondiam debaixo das pedras. A sorte é que o nenê não chorou, senão todos teriam sido mortos. Por isso que todos nós chegamos vivos até o final da guerra (MIRIM, 1997, p. 07).

Relatos que se confirmam pelos depoimentos orais coletados por Chamorro a partir de entrevistas com os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul: *“los Kaiowá vivían en aquel entonces, rodeados de densos bosques, pero aún así se quedaron con mucho miedo y tuvieron que huir de la guerra, tuvieron que esconderse para no fuesen presos. La neblina yvytingapyra, les ayudó a huir”* (CHAMORRO, 1999, p. 48).

Para estas comunidades, que até então

havam logrado manter-se relativamente a salvo da sociedade não-índia – refugiadas nos recônditos das florestas e regiões pouco habitadas – a Guerra do Paraguai terminou por desempenhar um triste papel civilizatório ao atravessar, ocupar e destruir o último espaço tradicional de diversos grupos Guarani. Abrindo caminho para a total desintrusão destas terras em favor do grande capital pois, após a guerra vastas regiões de florestas e ervais até então de posse dos indígenas passaram para as mãos de companhias privadas e de exploração de erva-mate.

Parte destas comunidades, acompanhando o movimento das frentes de expansão da erva-mate foram constituindo-se em diversos *tekohas* espalhados por toda a fronteira, em especial no Mato Grosso do Sul, que era, então, território paraguaio e agora se tornava parte integrante do Brasil, como espólio de guerra.

Ora, como diversos historiadores e antropólogos demonstraram com muita clareza (CARVALHO, 2013; FERREIRA, 2007), as concessões de terras aos empresários da erva-mate e da madeira sempre incidiram sobre regiões habitadas pelos povos Guarani, de modo que o chamado sistema obragero fez amplo uso de sua força de trabalho. Essa situação é mais conhecida no Mato Grosso do Sul, onde a exploração da erva-mate ocorreu sob o controle da grande empresa extrativista, a Companhia Mate Laranjeira, cujo proprietário, Thomas Laranjeira, obteve o monopólio ainda durante o Império (1877), tendo suas concessões de exploração renovadas e ampliadas durante a República e totalizando 5 milhões de hectares de terra já em 1895, incidindo também sobre terras paranaenses (atuais municípios de Guaíra e Terra Roxa) (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2013, pag. 17).

Rastro de violência que segue pelo século XX em função da concessão de terras e ervais por parte do governo brasileiro no atual Mato Grosso do Sul e no Paraná à Companhia Matte Laranjeira, que passa a utilizar a mão-de-obra nativa Guarani em um regime de quase servidão. A partir deste quadro, o alvorecer do século XX encontra inúmeros aldeamentos Guarani no Estado do Paraná, fruto de dois movimentos distintos. Uma parte, resultado da ocupação imemorial dos povos Guarani e noutra parte, resultado das diversas migrações e deslocamentos ocasionados pela Guerra do Paraguai. É importante frisar que para os indígenas que se deslocaram do Paraguai, esta terra toda “é terra Guarani”, já presente na cosmovisão do grupo como área tradicional e pertencente ao seu povo, ignorando e desprezando qualquer fronteira nacional ou política.

Estes aldeamentos constituídos a partir da extração da erva-mate e da venda da madeira irão se concentrar especialmente na região Oeste do Paraná. Estes dois tipos de ocupação indígena – as famílias que vão se radicando por meio do trabalho dos ervais e da madeira – e as ocupações mais antigas e tradicionais, vão se mesclando por meio de uma intrincada rede de parentesco, de casamentos entre as comunidades e construindo novas alianças familiares e políticas. Segundo relatos dos indígenas Guarani, ao contrário da versão dos colonizadores – que apontam para um “vazio demográfico” – existiam aproximadamente trinta e um *tekoha*'s dispersos

pelo Estado, cada qual com algumas dezenas de famílias, possuindo fortes laços e relações de parentesco ente si, não sendo raro visitas para batismo e casamentos, se constituindo em um extenso território de trânsito Guarani, como nos explica o professor Guarani Teodoro Alves:

O Parque Nacional era um local contínuo, e nós andávamos lá desde antes da época da colonização, antes da Itaipu. O Guarani sabe, e contavam (os velhos) tudo direitinho, as aldeãs antigas, tinha Toledo, tinha em Cascavel, lá também tinha um paradero, quando se fala paradero significa que por ali o Guarani migrava, então ainda que não seja uma aldeia, eram locais de migração. O grupo não permanece todo o tempo ali, mas é nossa área, por onde o Guarani vai passar de Toledo a Capanema, nesses locais, se procurar, tem cemitérios<sup>1</sup>.

Entramos em meados do século XX, e os Guarani dispersos pela Guerra de Paraguai agora como mão-de-obra barata nos ervais do Mato Grosso do Sul e no Oeste do Paraná, sofrem sua terceira grande diáspora, a chamada “marcha para o Oeste” iniciada pelo governo Getúlio Vargas que segue até a década de sessenta do século passado. Entretanto, neste caso, a grande máquina de desenraizar as comunidades Guarani no Paraná foi justamente seu órgão protetor: o SPI - Serviço do Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais. Nos sertões do Paraná, em especial no Oeste do estado, a missão do SPI era de realizar uma silenciosa limpeza étnica, deslocando de maneira forçada, se necessário, os diversos aldeamentos Guarani e concentrando-os em um território onde não oferecessem nenhum obstáculo às frentes de expansão agrícola desta nova e promissora fronteira econômica.

Com a descoberta da fórmula que assegurava o desenvolvimento capitalista, sem, no entanto, destruir as populações autóctones que barravam o seu avanço – diga-se de passagem, uma preocupação progressista para a época, - os responsáveis pela façanha foram aplaudidos, porque haviam encontrado uma estratégia de ação perfeitamente compatível com o regime burguês. Dessa forma, com a atuação do órgão recém-criado, os índios seriam pacificados e engajados no processo produtivo. O país ficaria livre da censura de entidades humanistas internacionais e das pressões da opinião pública nacional, que condenavam a chacina dos índios. O capital poderia reproduzir-se dentro da ordem e o país continuaria na rota do progresso. Era a saída que setores significativos da classe dominante buscavam para esta questão (GLAGLIARDI, 1989, p.227).

E foi a partir de 1950 que esta estratégia começou a se desenhar de forma mais contundente, enquanto uma clara e objetiva política de Estado, e que contou com a participação efetiva de diversos órgãos estatais, entre eles o SPI. E o território selecionado para abrigar de forma compulsória os Guarani foi a Terra Indígena Rio das Cobras no município de Nova Laranjeiras, área pertencente ao povo Kaingang já

---

1 Depoimento coletado durante o Projeto “Encontros de Cidadania: os povos indígenas e seus direitos” referente ao Programa Universidade Sem Fronteiras, elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná em março de 2011.

demarcada desde o início do século. As diversas vozes indígenas, a partir de relatos orais coletados, nos alcançam com a força de sua narrativa até os dias de hoje, e nos permitem um vislumbre de mais esta diáspora. As falas e as narrativas destes indígenas não aparecem nos documentos e nas versões da história oficial, mas permanecem viva na memória individual e coletiva destes povos. Como no relato do velho *xamõi* Honório Benites que comenta como sua família foi desterrada de seu local de origem para Terra Indígena Rio das Cobras:

Nós ficamos em várias aldeias, e meu pai foi trabalhar em Guaíra em uma firma de mate, e voltamos de novo para a aldeia de *Lope'i* (município de Toledo) e me criei ali e depois nós voltamos, fomos de novo para o *Lope'i* e moramos doze anos ali. E depois fomos para Memória (município de Cascavel) e ficamos mais três anos, ali tínhamos cerca de cinquenta famílias e depois em Campinas (município de Toledo), ali tinha vinte famílias que eram meus avós, todos moravam ali, toda a minha família, perto do campo de aviação (...). Também moramos vários anos na aldeia de Rio Branco (município de Marechal Cândido Rondon), e lá tinha quinze famílias. Estas aldeias não existem mais porque entraram os colonos naquelas terras para colonizar e expulsaram os indígenas do Rio Branco e aqui na Campinas também, nós morávamos ali quando fomos levados para Laranjeira (reserva de Rio das Cobras) por uma firma, nós tínhamos laranja, tinha plantação ali, mas ficou tudo, eles nos levaram para lá para o Rio das Cobras<sup>2</sup>.

Estes deslocamentos possuíam um mesmo *modus operandi* que se repetia de forma frequente, de início os agentes do SPI procuravam convencer pacificamente a comunidade a se mudar, argumentando que a área não era deles, que irremediavelmente seriam despejados por forças públicas e privadas e, ao final, agregavam a estes argumentos diversas promessas que jamais seriam cumpridas, como mantimentos, boas terras, entre outras propostas. Se acontecesse – e acontecia amiúde – dos indígenas se negarem a sair de seus territórios, estes agentes voltavam escoltados por policiais e o despejo se dava à força. O argumento era sempre o mesmo, que aquela terra já tinha dono e ele estava “reclamando a área”, como relembra Honório Benitez: “[...] e nesse dia fomos expulsos de Campinas, vieram seguranças armados e gente teve que sair porque o dono não queria que a gente ficasse mais, que ‘você estão invadindo tudo’, o pessoal do SPI veio com uma carreta e nos deram quatro dias para a mudança, e ainda ficou muita coisa lá”.

Porém, a dispersão Guarani ainda não havia cessado no Oeste Paraná, e será agravada com a criação do Parque Nacional do Iguaçu em 1932 e sua posterior desocupação em meados do século XX e culminará com a construção da Itaipu no início da década de setenta. Novamente a partir de relatos dos Guarani referendados pelas pesquisas de Carvalho (2013) e Packer (2013) é possível afirmar que haviam ao menos três grandes comunidades indígenas Guarani originalmente habitando

---

2 Depoimento coletado durante o Projeto “Encontros de Cidadania: os povos indígenas e seus direitos” referente ao Programa Universidade Sem Fronteiras, elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná em março de 2011.

o se tornaria o Parque Nacional do Iguaçu e aproximadamente 70 famílias em sua totalidade, que após a desintrusão feita pelo Estado se dirigiram para as aldeias que posteriormente seriam inundadas pelas águas da Itaipu. Os Guarani seguiam sua triste sina de fuga constante, escorraçados pelos Estados Nacionais e condenados a sobreviverem nas franjas de um território devastado e negado.

Segundo diversos autores como Carvalho (2013), Conradi (2009) e Brighenti (2010) é possível constatar a anterioridade de inúmeros aldeamentos Guarani no Oeste do Paraná muito antes da chamada “marcha para Oeste” ou “revolução verde” que ocorre a partir do segundo quartel do século passado na colonização das terras do Estado. Ao contrário da história oficial, que insiste em não dar nenhuma visibilidade às antigas aldeias Guarani do Oeste do Paraná, reforçando o triste senso comum de que “aqui nunca houve índio” ou “vieram todos do Paraguai”, os indícios históricos apontam para os diversos *tekohas* que existiam espalhados por todo território paranaense. Segundo a antropóloga Maria Lúcia Brant de Carvalho em sua tese de doutorado denominado “Das Terras dos Índios a Índios Sem Terras: A trajetória dos Guarani do *Oco'y* - Violência, Silêncio e Luta” existiam trinta e uma comunidades Guarani até os anos setenta no Paraná, destas, oito ficaram submersas pelas águas da barragem, comunidades como *Guavirá*, *Passo Kuê*, *Tapua Pindaí*, *Mborevy* e *Ipiranga* (Santa Terezinha), *Jacutinga* (São Miguel do Iguaçu) e *Dois Irmãos* e *Santa Rosa* (Santa Helena).

Em 1982 com o fechamento das comportas da Itaipu se inicia um novo desterro em relação aos Guarani, com suas terras irremediavelmente alagadas são forçadas a dispersarem-se por um largo território, mas a grande concentração se dá no Oeste do Paraná, para onde migram e se instalam.

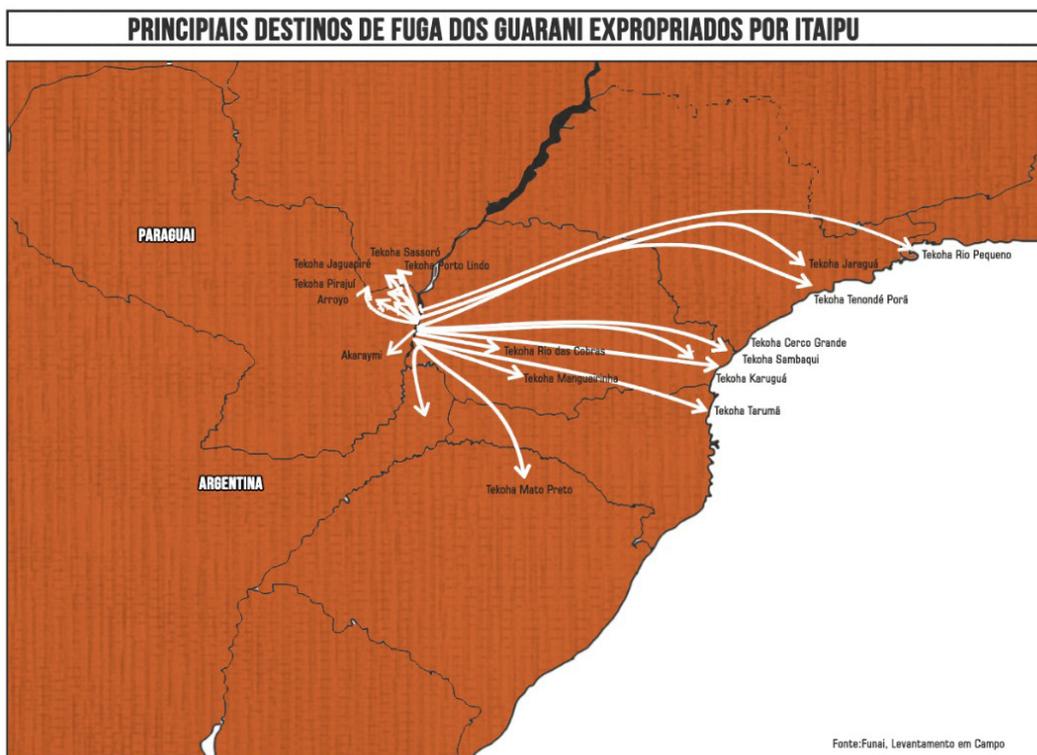


Figura 1: Principais destinos de fuga dos Guarani expropriados por Itaipu

Fonte: CTI (2013)

Os que insistiram em permanecer às margens da Itaipu foram deslocados para uma minúscula área em caráter provisório e precário localizada na área de amortização do lago, no distrito Santa Rosa do *Oco'y*. E desta forma, provisório e precário, prenhe de irregularidades, nasce a área de *Oco'y*, com seus 251 hectares distribuídos em uma diminuta faixa de terra – em média 220 metros – que acompanha cerca de 20 quilômetros o contorno das margens do lago da Itaipu. No início, poucas famílias selecionadas pelos técnicos da Itaipu como Guarani “verdadeiros” foram alojados em *Oco'y*, entretanto, em pouquíssimo tempo as demais famílias que de forma fraudulenta haviam sido desconsideradas pelos técnicos iniciam um retorno ao território original, pois “[...] essa área, a cada dia que passava, tornava-se insuficiente para a sobrevivência dos assentados, pois inúmeras outras famílias, que tinham ficado fora do relatório, e que não foram considerados índios, vieram se juntar ao seu povo” (CONRADI, 2009, p.122). Devido à absoluta exiguidade da área, Deprá (2006) comenta que logo após a abertura das comportas, os Guarani “iniciaram uma peregrinação junto aos órgãos públicos, reivindicando condições para que sua gente recebesse um lugar de extensão territorial tal qual a que lhes fora usurpado” (DEPRÁ, 2006, p.43).

Ainda em 1986 as lideranças Guarani chegaram a organizar um documento base com suas reivindicações e demandas em relação a Itaipu:

Em 1979 começou a nossa luta, começamos a lutar, a luta até conseguir o nosso direito. A nossa luta foi muito difícil. Fizeram propostas de terras para nós. A primeira proposta foi de 10 alqueires, a segunda foi de 60 alqueires, a terceira de 80 alqueires. Nós não aceitamos nenhuma. A quarta e última proposta foi de 251 hectares. Mas nós também não aceitamos esta proposta. A Itaipu entregou para nós a escritura de 251 hectares, mas o mapa foi feito em 31 de julho de 1982 estava marcado só 231 hectares, este mapa nós descobrimos faz dois meses. Nós não estamos de acordo com os 251 hectares, mas naquele tempo Itaipu começou a nos apertar, dava medo a nós, deu prazo de três dias para sair. Nós não queríamos deixar a nossa terra de 1.500 hectares por uma terra de 251. A Itaipu começou a encher a água da represa e não teve mais jeito, nós tivemos que sair [...]. (ABAIXO ASSINADO DOS ÑANDEVA AO BANCO MUNDIAL, 12. SET. 1986 *apud* DEPRÁ, 2006, p.43).

Em relação ao território Guarani inundado pela Itaipu, não existe um consenso entre os estudiosos quanto ao tamanho da área. Brand (1993) afirma que foi perdido algo em torno de 60 mil hectares, já o antropólogo Rubens Thomaz de Almeida em estudo específico sobre o tema a pedido da própria binacional comenta que a dívida territorial com o povo Guarani chega em torno de 10 mil hectares. Em todo caso, é uma dívida que nunca foi saldada. E em pouco tempo os 251 hectares da área de *Oco'y* começou a se tornar cada vez mais inadequados com o retorno das demais famílias e logo a população atingiu a centenas de indígenas e a provisoriedade foi se tornando permanente. Em 1995 se inicia uma série de deslocamentos e migrações Guarani a partir da Terra Indígena/TI *Oco'y*, que se revela cada vez mais imprópria para as lideranças da comunidade. Em junho de 1995, cansados de esperar que o Estado cumprisse com as promessas em relação ao antigo território, um grupo de 15 famílias saem de *Oco'y* e ocupam o Refúgio Biológico de Bela Vista, área de preservação permanente do lago de Itaipu e chamam esta nova aldeia de *Tekoha Paraná Porã*. Na época, os Guarani foram auxiliados pelo CIMI<sup>3</sup>, até então, seu principal aliado na luta pela retomada do território tradicional. Após intensas negociações, a Itaipu se comprometeu com a compra de uma área de 1.500 hectares e as famílias retornaram ao *Oco'y*. Em março de 1997 – dois anos após a ocupação de *Paraná Porã* – foi concluída a compra de uma propriedade particular localizada no município de Diamante d'Oeste, com superfície de 1.700 hectares, dando origem ao atual *Tekoha Añetete*. Entretanto, mesmo com o território de *Oco'y* e a aquisição de *Tekoha Añetete* as comunidades Guarani seguem indicando a necessidade de mais terras, para se ter um exemplo, em 2017 *Oco'y* chegou a ter 876 habitantes em seus parques 251 hectares, o que daria uma trágica média de 0,28 hectares por indígena. Uma situação que só se sustentaria a partir da implementação de programas sociais distributivos de renda até a simples doação de cestas básicas pela Itaipu Binacional. Isto é, no afã de seguir negando a sua imensa dívida histórica e territorial

3 Conselho Indigenista Missionário – Pastoral da Igreja Católica Brasileira criada no início da década de 1970 que tem se notabilizado pela defesa firme e constante dos direitos dos povos indígenas do Brasil, em especial, na questão territorial.

com os Guarani, a hidroelétrica insistia em projetos de caráter assistencialista e emergenciais na contramão de qualquer perspectiva de auto sustentabilidade. Projetos e programas que foram entendidos desta forma pelo Ministério Público Federal no relatório “Ava Guarani: a construção da Itaipu e os direitos territoriais”:

Entretanto, a gravidade das violações de direitos desencadeadas por Itaipu não se limitam apenas às transformações definitivas que a cobertura de água e o reassentamento de colonos acarretaram à paisagem, aos espaços e aos recursos da região – deixando-os definitivamente inacessíveis aos Guarani – mas também – e sobretudo – pelos equívocos e “erros” no tempo da construção (relacionados aos diagnósticos da presença indígena na área que seria alagada, de modo a reduzir uma das parcialidades a poucos membros, como foi o caso do *Oco’y*-Jacutinga, e a ignorar por completo a existência de outra parcialidade afetada pelo reservatório), bem como por ter mantido nos anos seguintes ao fim das obras postura autoritária – dissimulada de ação social responsável –, repondo poucas terras e forçando os Guarani a aceitarem “programas” que tentam – ainda hoje e sem sucesso – tornar três pequenas áreas (*Oco’y, Añetete e Itamarã*) autossustentáveis (ALCÂNTARA *et al.*, 2019, p. 130).

Questão também levantada pelo antropólogo Rubens de Almeida (2019) no relatório denominado “Estudo Antropológico sobre situação dos Ava-Guarani e Guarani-Mbya relacionados ao *Jakutinga/Oco’y* e dos Nandéva de Guaira: extremo Oeste do Paraná” elaborado a pedido da mesma Itaipu e estranhamente jamais compartilhado pela empresa. Apesar de ter sido finalizado em 2006, este relatório somente veio a público dez anos depois por iniciativa do autor. Ao que parece o documento permaneceu apenas como consumo interno dos agentes da Itaipu sem nunca ter sido divulgado aos seus principais interessados: a comunidade de *Oco’y*.

Neste relatório, Rubens de Almeida (2006), a partir de uma detalhada comparação entre as comunidades Guarani do Oeste do Paraná e as áreas indígenas do Mato Grosso do Sul indica a necessidade de, no mínimo, uma ampliação de 10.000 hectares para garantir uma razoável situação de sustentabilidade econômica.

Com base nessas áreas pode-se raciocinar sobre uma média aproximativa de 6,45 ha por indivíduo. Considerando essa média e o número de indígenas nas cinco situações comentadas aqui é de aproximadamente 1300 indígenas, seria necessária uma área mínima e rigidamente ajustada de 6.500 ha para assentar de modo razoavelmente confortável e por algum tempo, a totalidade das famílias do *Oco’y*, do grupo do Teodoro Alves, de Lino Pereira, de Fernando Kamba'i e os “índios de Guaira”. Tomando em conta, porém, o crescimento vegetativo, casamentos estabelecidos entre as famílias de diferentes *tekoha* e o desdobramento das famílias extensas, constata-se a necessidade de área maior, talvez alcançando as 10.000 ha como espaço mínimo para garantir o abrigo à totalidade das famílias Guarani da região aqui focada para as próximas duas ou três gerações – numa estimativa arriscada, já que o ideal seria um espaço exclusivo maior. Dependendo da dimensão da terra que se disponibilize aos índios, se atingirá um maior ou menor equilíbrio entre o número de habitantes e espaço disponível para a realização de sua vida social (ALMEIDA, 2006, p.66).

À margem da questão do número de hectares e da quantidade de famílias a

serem assentadas, que certamente podem ser refutados para mais ou para menos, salta aos olhos a real e imperiosa necessidade de ampliação das áreas já demarcadas e reconhecidas. Os dados não deixam dúvidas em relação à imensa dívida que a Itaipu possui com estas comunidades. Nesse sentido, para justificar esta necessidade de ampliação territorial, Almeida (2006) argumenta que no imaginário das migrações Guarani existem dois espaços que se complementam: o *Tekoha* e o *Tekoha Guasu*. O primeiro é um espaço exclusivo – no qual eu pertencço enquanto materialidade – e o segundo é um espaço inclusivo, ao qual eu pertencço enquanto imaginário, pertencente às regiões da memória coletiva do grupo ao qual me identifico.

A noção de *tekoha* surge, portanto, em decorrência de fatores históricos de ajustamento ao confronto compulsório entre critérios diferenciados de entender, usar, ocupar e dividir a superfície da terra, onde as regras de acesso ao território são estabelecidas por instâncias jurídicas não indígenas e na instauração de formas de dominação. É produto de relações interétnicas da realidade contemporânea, sendo resultado e não determinante, decorrente de processo, continuado no tempo, de ajustamento situacional determinado pela presença do branco. O *tekoha* configura-se como unidade política, religiosa e territorial, definida em virtude das características efetivas – materiais e imateriais – de acessibilidade ao espaço geográfico por parte das famílias a ele pertencentes (v. Mura e T. Almeida, 2002) (ALMEIDA, 2006, p. 30).

A partir destes pressupostos é possível afirmar que o chamado *Tekoha Guasu* nada mais é do que a mescla de vários *Tekohas* e suas diversas ramificações entre as famílias extensas Guarani e suas parentelas. Em outras palavras, o território *Tekoha Guasu* existe na materialidade do real e na memória destes grupos. Os Guarani “[...] flexibilizam e diversificam a organização das famílias extensas para permitir relações articuladas e dinâmicas com o território mais ampliado, um espaço contínuo e amplamente utilizado, mas não exclusivo, o *Tekoha Guasu*” (ALMEIDA, 2006, p. 30). Estes dois movimentos complementares, o primeiro exclusivo (*Tekoha*) e o outro inclusivo (*Tekoha Guasu*), são ao mesmo tempo frutos contemporâneos e atuais dos novos tempos de contato com a sociedade não-índia e seus Estados Nacionais e, também, originários de uma profunda reelaboração calcada na tradição na religiosidade Guarani.

Ainda segundo Almeida:

A complexidade e variedade das relações entre os Guarani não se reduz, como visto, à área exclusiva do *tekoha*; se estendem pelo espaço territorial de ocupação antiga/tradicional (*ymaguare*), onde operam as relações entre famílias extensas que compõem os *tekoha* de uma região; quando, além de se relacionarem e estabelecerem alianças, esses *tekoha* seguem mesma orientação religiosa e diferenciada dos *tekoha* de outras regiões, define-se o *tekoha guasu*. (ALMEIDA, 2006, p.31)

Em relação às migrações e aos espaços tradicionais dos Guarani do Oeste,

em especial os Guarani remanescentes de *Oco'y*, existe uma característica única que irá determinar de forma significativa seu comportamento e reivindicação territorial: suas antigas ocupações se encontram submersas, alcançáveis apenas em suas memórias e antigas narrativas. Na impossibilidade absoluta de retomarem seu *habitat* original, estes grupos de indígenas desterrados têm como assente que lhes é de direito “qualquer terra de boa qualidade, localização e dimensão por eles consideradas apropriadas, dentro do espaço mais amplo do território tradicional” (ALMEIDA, 2006, p.32).

Entretanto, há que ter cuidado em relação a um conceito de “qualquer terra” de forma genérica, pois, à luz das atuais migrações é necessário acrescentar que quanto mais a ocupação espacialmente se aproxima das áreas denominadas *ymaguare* (ainda que sejam áreas irrecuperáveis como os antigos *tekohas* engolidos pelo Parque Nacional ou as antigas aldeias alagadas pela Itaipu) mais legítima se torna a busca e a reivindicação aos olhos da tradição e da sociedade não-índia. É neste sentido que a partir dos anos seguintes, em especial na virada do século XXI os Guarani iriam iniciar uma lenta, mas vigorosa retomada de seus territórios no Oeste do Paraná que abrangeria parte dos chamados municípios lindeiros. Diante da impossibilidade de retomar o Parque Nacional (apesar de duas tentativas frustradas em 2002 e 2015) e do irremediável alagamento de suas terras pela Itaipu, os Guarani buscam se aproximar ao máximo das terras perdidas (*ymaguare*) e começam uma série de ocupações em busca dos antigos *tekohas*, particularmente nos municípios de Itaipulândia, Santa Helena, Guaíra e Terra Roxa. Atualmente, fruto deste movimento de retorno, encontramos 19<sup>4</sup> aldeamentos - *tekohas* retomados – nestes municípios, como se vê nos mapas abaixo:

---

4 Esses números são bastante dinâmicos, porque retomadas de terras indígenas acontecem constantemente. Segundo informações de setembro de 2019 da Funai da região de Guaíra, são 24 aldeias. Ou seja, além de *Oco'y*, *Itamarã* e *Añetete* nas regiões de São Miguel do Iguaçu e Diamante D'Oeste, são 21 retomadas em todo o Oeste do Paraná [nota dos organizadores].

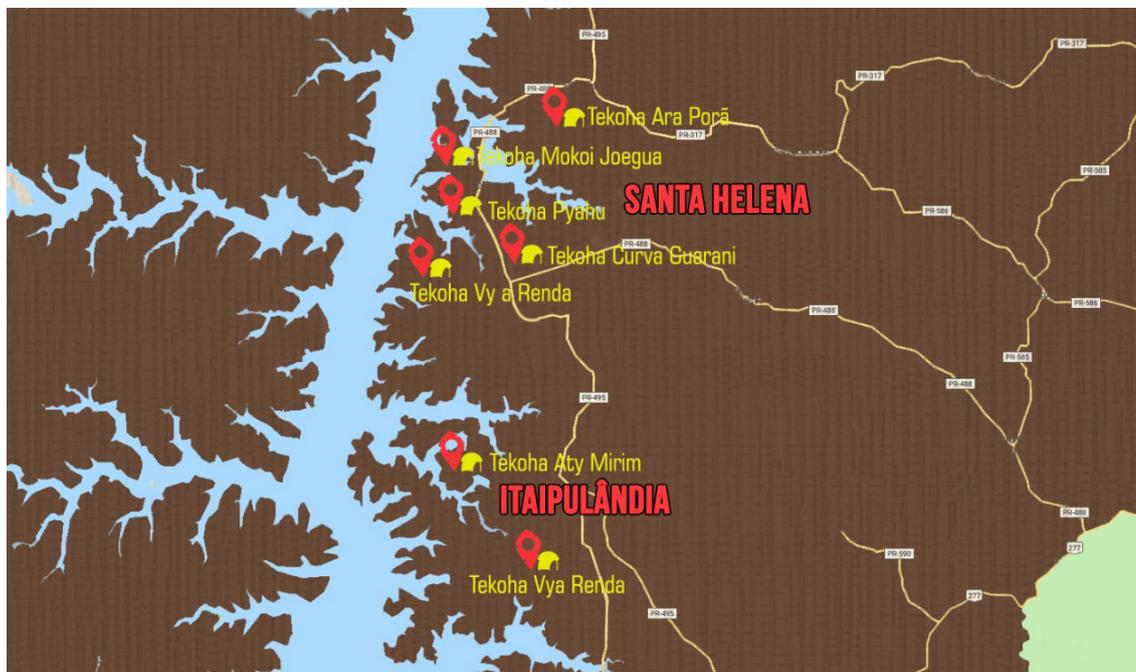


Figura 2: Aldeamentos Indígenas Guarani nos municípios de Santa Helena e Itaipulândia.

Fonte: Oguata Porã (2019)



Figura 3: Aldeamentos Indígenas Guarani no município de Guaíra

Fonte: OGUata Porã

Em relação a estes deslocamentos, apesar da mobilidade espacial Guarani tradicionalmente ser indissolvelmente interligadas à temática religiosa, não podemos afirmar sob pena de um profundo a-historicismo de que seus determinantes são apenas formações culturais e políticas. E, mais, se faz necessário justamente sobrepormos as estas as condições materiais – antes e depois da colonização europeia – como fundantes. Afinal, ainda que a subjetividade religiosa permaneça como forte característica na cultura do visível e em suas narrativas, a centralidade do mundo

material e suas múltiplas determinações socioeconômicas se encontram presentes nestes deslocamentos. O contato com a sociedade não-índia, o confinamento territorial, a indefectível presença do agronegócio e as frentes agropastoris seguem dando a linha das relações destes povos com as sociedades nacionais.

Este quadro nos permite afirmar que a atual busca da “Terra sem Mal” não é apenas uma caminhada de contorno míticos, mas – em especial – uma tentativa de improvisar alternativas ao avanço inexorável destes novos e desagregadores elementos coloniais. Pesquisas recentes de estudiosos como Brighenti (2010) apontam que em processos históricos mais recentes, em especial no Oeste do Paraná, os Guarani vem se caracterizando não mais por um movimento unidirecional em suas migrações, mas, por uma mobilidade de caráter circular em torno de lugares culturalmente significativos e pautados por uma espacialidade familiar e de parentesco. Expulsos de seus territórios tradicionais frequentemente de forma violenta, estas comunidades têm optado pelo não enfrentamento e pelo retorno pacífico nos arredores das áreas originais, em especial em terras públicas, tanto da Itaipu quanto do Estado e dos municípios a partir de uma estratégia pautada na diplomacia e da não violência. Nesta perspectiva da circularidade e quando possível do não enfrentamento de milícias e proprietários privados se dá a ocupação de mais de 20 territórios no Oeste do Paraná.

Em relação à questão das migrações e deslocamentos Brighenti (2010), após analisar uma série de depoimentos e relatos de indígenas Guarani afirma que:

Muitas são as tentativas de respostas, e muitas são as perguntas que persistem. A etnologia, a etno-história e a antropologia vêm contribuindo muito para compreender os motivos dos deslocamentos. Pelos depoimentos, percebemos que existe uma multiplicidade de fatores que motivam ou forçam os deslocamentos, o que torna difícil apontar as causas, pois existem intercausalidades que desencadeiam os deslocamentos. Mas um aspecto está presente em praticamente todas as respostas: a busca de espaço, a busca de terra, tanto na esfera física, como espaço concreto, quanto na esfera transcendental, a busca da terra sem mal, espaços ecologicamente preservados que possibilitem viver o *agudjire*/perfeição, a passagem do sagrado (BRIGHENTI, 2010, p.133).

Ainda que existam outros fatores, também apontados por Brighenti como distensões internas, brigas, casamentos, mortes e concentração populacional, os deslocamentos enquanto prática de forma geral “independem das condições adversas, pois fazem parte da tradição Guarani (BRIGHENTI, 2010, p. 139). A realidade é que estes fatores adversos especificados acima terminam sendo o estopim destes deslocamentos, o que não quer dizer que sejam determinantes por si só. Em relação à mobilidade Guarani, é necessário vislumbrarmos além desta densa cortina de fumaça formada pelos pequenos e reais conflitos diários e percebermos seus vetores determinantes, que se encontram tanto na cosmovisão

Guarani quanto na irremediável destruição de seus nichos tradicionais. Afinal, estes conflitos se agudizam devido tanto à redução de seus territórios quanto à consequente impossibilidade de garantirem seu *pendereko*/jeito de ser, como por exemplo a economia de reciprocidade, fundamental na lógica cultural Guarani.

Isto, somado à perspectiva sempre no horizonte de “estar a caminho”, impulsionam estas comunidades a seguir adiante em sua *oguata*, em busca de uma terra que lhe seja mais propícia. Pois, na medida em que avança o processo de ocupação e devastação de seu território, as comunidades invariavelmente buscam o que resta das matas originais e suas áreas contíguas, seja no campo ou mesmo nas periferias e fundos de vale dos municípios próximos. O que não quer dizer que os Guarani abriram mão das florestas e espaços de mata, mas apenas resultado da absoluta devastação dos territórios originais que simplesmente ou não existem mais, ou estão vedados por questões legais e ambientais, “[...] isto não significa que o Guarani abandonou, desistiu de viver nos espaços de mata que restaram, as unidades de preservação não são suficientes para abrigá-los além de todo impedimento jurídico/político que envolve. Isso não significa que os Guarani passaram a viver às margens das estradas, mas sim que as estradas cortaram os caminhos Guarani” (BRIGHENTI, 2010, p. 248). Tal exemplo se confirma nas ocupações do Oeste do Paraná, pois, onde foi possível os aldeamentos Guarani se estabeleceram em áreas de mata, em especial no município de Santa Helena e Itaipulândia, locais que ainda abrigam vestígios de mata ciliar ou mesmo áreas de preservação da Itaipu.

Nestes municípios, a ocupação Guarani teve a clara estratégia de reivindicar as áreas públicas que possuíam uma dupla vantagem, por serem públicas não estavam totalmente devastadas e, também por serem públicas tinham um risco infinitamente menor de enfretamento e violência com os proprietários rurais e população local<sup>5</sup>. Vale destacar que que por duas vezes os Guarani adentraram no Parque Nacional do Iguaçu reclamando um de seus últimos territórios não devastados, assim como a totalidade das ocupações em Santa Helena e Itaipulândia são em áreas do estado assim como boa parte dos aldeamentos de Terra Roxa e Guaíra também.

A realidade é que chega a ser assombrosa a resistência e a resiliência destas comunidades em permanecerem nestas áreas retomadas em uma aparente luta contra tudo e contra todos. Em uma primeira análise é possível afirmar que em sua mediação com o Estado, sua burocracia, seus atores e suas leis, os Guarani reelaboram formas adaptáveis de organização para a viabilização e manutenção destas retomadas. E passam necessariamente por estabelecer por dois movimentos muito específicos como podemos caracterizar como um movimento “para dentro” e “para fora”. Pois ao mesmo tempo que existe o fortalecimento da hierarquia

---

5 As ocupações dos municípios de Itaipulândia e Santa Helena são todos em áreas públicas, já em Terra Roxa e Guaíra isto não foi possível embora seja claro o esforço neste sentido, de buscarem áreas “abandonadas” e próximas aos fundos de vale as margens do rio Paraná.

tradicional, que no caso dos Guarani perpassa incondicionalmente pelos velhos, pelos sábios da comunidade na perspectiva religiosa e política, também se desdobra em uma concepção muito mais alargada de alianças com os diversos, às vezes até improváveis protagonistas políticos locais e regionais. De um lado, as comunidades fortalecem as reuniões entre as lideranças tradicionais, reforçam e são reforçadas pelas entidades indígenas como a Comissão Guarani *Yvy Rupa* Nacional, entre outras. Além de incentivarem os diversos encontros locais e regionais de rezadores, caciques e professores indígenas no intuito de construírem uma robusta rede de diálogos e segurança entre si. E do outro, em um movimento “para fora” da lógica da tradição, tecem uma imensa rede de apoiadores dos mais diversos matizes políticos que vão desde pastores e igrejas evangélicas até a lideranças de partido da esquerda, em um plêiade multifacetada que cabem vereadores, prefeitos, professores da redes estaduais e municipais, agricultores vizinhos, defensores de direitos humanos e ONGs.

Este manancial de apoiadores e simpatizantes somente é possível devido à imensa habilidade diplomática que estas comunidades e seus líderes aprenderam a desenvolver na dura escola destes desterramentos sem fim. A que se lembrar que os povos Tupi são conhecidos pela sua oratória, habilidade política e hospitalidade. Ainda que o não enfrentamento siga sendo a regra, as comunidades Guarani e suas organizações vem compreendendo e se apropriando cada vez mais das nossas lógicas organizativas para responderem no mesmo patamar em defesa suas demandas e direitos e neste caso o enfrentamento tem se dado tanto no nível político como no institucional, por meio de seus aliados e de suas lideranças tradicionais.

Esta dupla estratégia de ocuparem quando possível áreas públicas com baixo potencial de conflito e se utilizarem da diplomacia enquanto método se vê de forma cristalina na carta aberta elaborada pelo cacique Nelson Ribeiro endereçada aos vereadores de Santa Helena, em resposta a um boato infundado que estariam vindo indígenas de outras regiões de ônibus fretado pela Funai – Fundação Nacional do Índio - para reforçarem as ocupações no município. No documento amplamente divulgado na mídia local, Nelson Ribeiro ao mesmo tempo em que busca diálogo com os proprietários da região, também afirma que seguiram ocupando apenas a área pública do Instituto Agrônomo do Paraná, onde se localiza a comunidade *Vy'a Renda*, não ameaçando propriedades privadas vizinhas e conclui da seguinte forma: “(...) concluindo, reafirmo que a comunidade indígena prima pela ordem, bom relacionamento com todas as classes, principalmente com os agricultores de Santa Helena Velha e salientamos que estamos disponíveis para dialogar e prestar outros depoimentos”. Enfim, em dados gerais, o que estas retomadas no Oeste do Paraná nos revelam é que estamos assistindo um vigoroso movimento de retorno das comunidades Guarani expulsas por estas seguidas hecatombes - que vão desde

a implementação do Parque Nacional do Iguaçu, os desterramentos das companhias colonizadoras e a construção da Itaipu – aos territórios possíveis. Aos territórios e nesgas de terra que se prestam à ocupação, fundos de vale municipais, áreas públicas e aos restos de mata e refúgios biológicos às margens do lago da Itaipu, se movimentando insistentemente em torno do que teriam sido suas áreas tradicionais. Estrangeiros em sua própria terra, desterrados em seus territórios, estas comunidades Guarani seguem ocupando e retomando seus antigos *tekohas* em uma caminhada inspirada por seus *xamôis* e lideranças, caberá ao Estado mediar reconhecer este histórico direito.

## REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Gustavo Kenner; AKIRA, João; JUNIOR ARAUJO, Julio; RAMOS, Luciana Maira (orgs). **Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília : Escola Superior do Ministério Público, 2019.

ALMEIDA, Rubem F. T. **Estudo Antropológico sobre situação dos Ava- Guarani e Guarani-Mbya relacionados ao Jakutinga/Okoy e dos Nandéva de Guaira: extremo oeste do Paraná**. Disponível em [https://oguatapora.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Estudo-Antropológico-sobre-situação-dos-Avá-Guarani-e-Guarani-Mbya-relacionados-ao-Jakutinga\\_Okoy-e-dos-Nandéva-de-Guaira\\_-extremo-Oeste-do-Paraná.pdf](https://oguatapora.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Estudo-Antropológico-sobre-situação-dos-Avá-Guarani-e-Guarani-Mbya-relacionados-ao-Jakutinga_Okoy-e-dos-Nandéva-de-Guaira_-extremo-Oeste-do-Paraná.pdf). Agosto de 2006. Acessado em 15 de maio de 2019.

ALVES, Teodoro. **Depoimento coletado** durante o Projeto “Encontros de Cidadania: os povos indígenas e seus direitos” referente ao Programa Universidade Sem Fronteiras, elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná em março de 2011 na comunidade Guarani Tekoha Vy’a Renda Poty no município de Santa Helena/PR.

BENITES, Honório. **Depoimento coletado** durante o Projeto “Encontros de Cidadania: os povos indígenas e seus direitos” referente ao Programa Universidade Sem Fronteiras, elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná em março de 2011 na comunidade Guarani Tekoha Vy’a Renda Poty no município de Santa Helena/PR.

BRAND, Antonio. **O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá**. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

BRIGHENTI, Clovis A. **Estrangeiros em sua própria terra: Presença Guarani e Estados Nacionais**. Chapecó e Florianópolis: Argos/EdUFSC, 2010.

BRIGHENTI, Clovis; BORGES, Paulo H. **Presença e mobilidade histórica Guarani do oeste do Paraná**. Revista em Tempo de Histórias. Universidade Nacional de Brasília, 2016.

CARVALHO, Maria Lúcia Brant. **Das Terras dos Índios a Índios Sem Terra, O Estado e os Guarani do Oco’y: Violência Silêncio e Luta**. (Tese de doutorado em Geografia) São Paulo/SP: Universidade de São Paulo, 2013

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA. **Relatório de Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988)**: Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. Centro de Trabalho Indigenista, São Paulo, 2013.

CHAMORRO, Graciela. **Os Guarani: sua trajetória e seu modo de ser**. São Leopoldo: COMIM – Conselho de Missões entre os Índios, 1999.

CONRADI, Carla Cristina. **O movimento dos Guarani de reocupação e recuperação de seus territórios no Oeste do Paraná**. In. Anais IV Congresso Internacional de História. Maringá: UEM, 2009.

CTI – Centro de Trabalho Indigenista. **Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988)**: Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. Outubro de 2013. Disponível em: [https://oguatapora.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Relatório-CNV\\_final\\_.pdf](https://oguatapora.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Relatório-CNV_final_.pdf)

DEPRA, Giseli. **O lago de Itaipu e a luta dos Ava-Guarani pela terra: representações na imprensa do oeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado em História. Dourados: UFGD, 2006.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores da Companhia Matte Laranjeira (1902 – 1952)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Grande Dourados, 2007.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MIRIM, Pedro. **Caderno de História Nhaneretarã Kuery Va'eKuery Nhanemãndu'aa**. MEC/ Secretaria Municipal de Angra dos Reis. Rio de Janeiro, 1997.

OGUATA PORÃ. **Boa caminhada**. Disponível em: <https://oguatapora.com.br/>. Acesso em 14 de julho de 2019

PACKER, Ian (org). **Relatório de Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988)**: *Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade*. Centro de Trabalho Indigenista, São Paulo, 2013. Disponível em [www.oguatapora.com.br](http://www.oguatapora.com.br) acessado em 14 de maio de 2019.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**Elisa Yoshie Ichikawa** - Mestre em Administração e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Coordenadora do projeto “Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”, que teve o apoio financeiro da CAPES por meio do Edital 012/2015 – Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais

**Wagner Roberto do Amaral** - Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana (México) e Pós-Doutorado em Políticas de Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres de Febrero (Argentina). Estância pós-doutoral no Instituto de Migraciones da Universidad de Granada (Espanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e membro da Comissão Universidade para os Índios da UEL. Pesquisador colaborador do projeto “Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-822-9



9 788572 478229